

# Centro Hospitalar do Oeste aprofunda ilegalidades e aposta na precarização dos enfermeiros

7 Novembro, 2014

No início do ano a administração despediu cerca de 30 enfermeiros, apesar de todos estarem a fazer face a necessidades próprias dos serviços. A justificação do Presidente do Conselho de Administração é que *"O Centro Hospitalar funciona regularmente com 534 enfermeiros"*.

Na altura o Sindicato Enfermeiros Portugueses alertou que com aquele número não estariam garantidas as dotações seguras, as ausências prolongadas e pontuais dos enfermeiros. Muitos dos enfermeiros despedidos, foram depois readmitidos face às denúncias efetuadas pelo SEP.

Contrariando as orientações assumidas pelo Ministério da Saúde, a administração tem continuado a colmatar estas necessidades permanentes com enfermeiros subcontratados, determinando agora uma maior precarização destes. Surpreendente e inadmissivelmente, ao invés de admitir aqueles enfermeiros através de contratos definitivos com a instituição, anunciou que vai continuar a usufruir do seu trabalho mas agora sob a forma de recibo verde, a partir de 1 de dezembro.

A administração também sabe que a saída destes 35 enfermeiros, não será colmatada pelo concurso recentemente publicado para 18 vagas de enfermagem, ao qual estes enfermeiros não puderam concorrer. Estas vagas serão preenchidas por enfermeiros que já detêm vínculo à Administração Pública e que sairão de outras instituições, também elas bastante carenciadas.

O SEP acusa o Ministério da Saúde por permitir que, de forma impune, as administrações continuem a admitir enfermeiros de forma ilegal e questiona: que paz social pretende o Ministério quando, sobre esta matéria, não consegue cumprir qualquer compromisso assumido nos últimos 10 meses com o SEP e com os enfermeiros.

O SEP vem de novo denunciar mais uma situação que, de forma premeditada, esta administração impõe sabendo que a não-aceitação desta prestação de serviços, pelos enfermeiros em causa, os conduzirá ao desemprego.

O SEP já requereu reuniões com carácter de urgência à Administração e aos responsáveis da empresa de subcontratação Tónus, para que esclareçam esta alteração injustificável e vergonhosa.